

TRF1 cria a Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região



partir de estudos sobre as causas e consequências do excesso de litigiosidade.

Para o presidente do TRF1, o futuro não só da Justiça Federal, mas da Justiça brasileira como um todo está na atividade de inteligência. “Essa atividade é um dos pontos com que mais tenho cuidado e preocupação. Não é segredo para ninguém que a pandemia de Covid-19 acelerou um processo que já estava acontecendo no âmbito do Poder Judiciário de profundas restrições orçamentárias. Então, nós temos que criar mecanismos para contemporizar essas restrições, e a inteligência é um desses aspectos”, ressaltou o magistrado.

O presidente do TRF 1ª Região, desembargador federal I'talo Mendes, anunciou, na tarde da última terça-feira, 1º de setembro, a criação da Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região, integrada pela Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes (Cogep), pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) – coordenado pelo juiz federal Roberto Carvalho Veloso –, pela Secretaria Judiciária (Secju), pela Divisão de Gestão da Informação e Biblioteca (Digib) e pelos Centros Locais de Inteligência, já instalados em 13 das Seções Judiciárias da Primeira Região.

A Rede tem a missão de coordenar o trabalho realizado pelos Centros Locais de Inteligência – instituídos pela Resolução 499, do Conselho da Justiça Federal – que, por sua vez, têm a proposta de atuar na prevenção de conflitos e na gestão de precedentes, identificando e monitorando as demandas repetitivas a

Ao classificar os centros de inteligência como sinônimos de sensibilidade que percebem o que muitos não notam, enxergam o que muitos não veem e escutam o que muitos não ouvem, I'talo Mendes afirmou ter certeza de que a iniciativa produzirá inúmeros resultados positivos para a Primeira Região como parte do que chamou de “Justiça do século XXI”, que “não mais olha para trás, mas, sim, para a frente, procurando resolver o problema”.

O coordenador da Rede, desembargador federal Carlos Pires Brandão, enfatizou a importância do setor nas organizações: “É necessário que as instituições desenvolvam inteligência para criar estratégias, objetivos e metas. No caso da Rede, a atuação diz respeito ao monitoramento de demandas que sejam repetitivas nos casos em que há a necessidade de interligação entre as diversas instâncias”.

Segundo Brandão, a intenção é ser um laboratório de soluções, mapeando as demandas repetitivas e emitindo notas técnicas que orientem a atuação de magistrados, otimizando o trabalho jurisdicional. “À medida que incorporamos a ideia da inteligência, respeitamos a liberdade e a autonomia dos magistrados de forma a indicar os caminhos de determinado assunto, sem interesse de forçar a adesão pelos magistrados”, explicou o desembargador.

Nesse sentido, durante as discussões da Rede de Inteligência e Inovação da 1ª Região, já foram identificados dois assuntos que serão objetos de nota técnica: a sinalização de processos sujeitos ao sobrestamento em razão de precedentes qualificados no âmbito do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a técnica de digitalização de processos físicos, que está em curso no Tribunal e será expandida para toda a Primeira Região. (Fonte: TRF1)

Concilia Teams faz 217 sessões de conciliação telepresenciais



No período de 08/05 a 31/08, as sessões de conciliação não presenciais do Projeto “Concilia Teams” realizaram 217 sessões de conciliação telepresenciais, nas quais foram obtidos 175 acordos, o que representa 80,6% de êxito. Do total de acordos, 158 são em ações previdenciárias, as quais atingiram o patamar de 90,2% de sucesso.

O Projeto “Concilia Teams”, de iniciativa do Centro Judiciário de Conciliação da Bahia - CEJUC/BA, sob a Coordenação da Juíza Federal Ana Carolina Dias Lima Fernandes, iniciou a realização de audiências não presenciais com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

A partir da parceria firmada com a Procuradoria Federal do INSS no Estado da Bahia, estão sendo resolvidas, por exemplo, demandas envolvendo aposentadoria por idade e salário-maternidade de segurado especial com índice de acordo próximo de 100%.

Em tempos de pandemia, em que as necessidades mais básicas precisam ser supridas, a concessão de benefícios dessa natureza - com o pagamento, inclusive, de 90% dos atrasados - tem um impacto muito grande na sociedade, sobretudo no âmbito rural.

Confira as reportagens do Inteiro Teor deste fim de semana

Na Bahia, um plano de saúde negou a cobertura de um tratamento para emagrecer a uma segurada e liberou outro procedimento, que não havia sido solicitado pelo médico. O caso foi parar no TRF1, que concluiu: operadora de plano de saúde não tem autonomia para indicar o tratamento mais adequado.

O Inteiro Teor fala também sobre CPF. Em uma recente decisão, o TRF1 reconheceu o direito de um cidadão a cancelar seu CPF e conseguir nova inscrição porque ele provou que o documento havia sido usado por terceiros de forma fraudulenta.

Esse programa é uma produção da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do TRF1 e vai ao ar na TV Justiça aos sábados, às 11h, com reprise aos domingos no mesmo horário. Após a exibição, o Inteiro Teor fica disponível no canal do TRF1 no YouTube. (Fonte: TRF1)

Aniversariantes

Hoje: Deiziana França Silva (Campo Formoso) e Sabrina Barbosa de Jesus (Alagoinhas). **Amanhã:** Carla Aline de Souza Lucena Sepulveda (22ª Vara). **Domingo:** Juíza federal Ana Carolina Dias Lima Fernandes (2ª Relatoria da 4ª Turma Recursal) e Ana Cristina Stavola Pereira Queiroz (9ª Vara). **Segunda-feira:** Fagner Fernandes Cirino (Vitória da Conquista), Hellen Raíssa Monteiro da Silva (Paulo Afonso), Fátima Lorena Pinto Magno Martins e Maria de Fátima Pinto Magno Martins (ambas de Jequié). **Terça-feira:** Juiz federal Fábio Stief Marmund (2ª Relatoria da 2ª Turma Recursal), Claudio Cardoso de Melo (9ª Vara) e Gabriele Soares Rodrigues (Feira de Santana).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Demanda por cursos on-line oferecidos pelo CNJ triplica durante a pandemia

A demanda pelos cursos on-line oferecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) triplicou durante o período da pandemia. De março a agosto de 2020 foram registradas mais de 52,6 mil pessoas inscritas, entre servidores do Poder Judiciário e cidadãos. No mesmo período do ano passado, o número não chegava a 18,5 mil. A oferta de novas capacitações e o trabalho remoto foram apontados como motivadores do aumento.

“Uma junção de fatores gerou esse resultado. Este ano tivemos cursos novos que geraram muito interesse do público. Além disso, a cada ano mais pessoas ficam sabendo dos cursos oferecidos pelo CNJ. E o fato das pessoas estarem em casa por causa da pandemia aumentou o interesse por cursos on-line, o que é o nosso forte”, avaliou Diogo Albuquerque, chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário do CNJ (CEAJud).

O curso com maior interesse o público foi de “Nivelamento dos servidores do Poder Judiciário”, com mais de 15

mil participantes. Nesse treinamento, os alunos se capacitam em temas que propiciem o domínio de competências necessárias para a melhoria das práticas profissionais, como conhecimentos gerais sobre gestão estratégica e estratégia nacional, indicadores do Sistema de Estatística do Poder Judiciário e Tabelas Processuais Unificadas. São 24 horas-aula, no formato autoinstrucional.

O curso oferecido em parceria com o Supremo Tribunal Federal (STF EDUCA) “Introdução ao Direito Constitucional e ao Controle de Constitucionalidade” foi o segundo mais procurado, com mais de 8,4 mil inscritos. Em terceiro lugar está o de atualização gramatical, com mais de 7 mil participantes.

Inscrições abertas - Muitos cursos ainda estão com as inscrições abertas e não dependem de formação de turmas para serem concluídos. Todos são gratuitos, no formato Educação A Distância (EAD). Para acessar a lista de opções, basta acessar: <https://www.cnj.jus.br/formacao-e-capacitacao/>

Fonte: CNJ